



DIREITO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DAS PRINCIPAIS LEIS PROTETIVAS DOS ANIMAIS

BUENO, A. L., alex.bueno@ufnt.edu.br, UFNT, XERENTE, D. T., daniel.xerente@ufnt.edu.br, UFNT, SILVA L. de, P. A. da, levi.silva@ufnt.edu.br, UFNT, BORGES, A. de, J. F., UFNT, andre.borges@ufnt.edu.br, SILVA, D. B. da, deive.silva@ufnt.edu.br, UFNT.

Área Temática: CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS APLICADAS E LETRAS

RESUMO

O presente trabalho busca analisar a evolução do Direito Ambiental e das principais leis de proteção aos animais no Brasil. Assim, o objetivo é destacar o reconhecimento dos animais como seres sencientes, merecedores de tratamento jurídico diferenciado. Para tanto, a pesquisa adotou uma metodologia bibliográfica e documental, sendo baseada na análise da Constituição Federal de 1988, legislações infraconstitucionais, normas no âmbito estadual e municipal, além de consultar autores conceituados na área. Como resultado, a análise demonstra uma progressão legal que superou a classificação dos animais como meros bens, visto que a Constituição agora consolida a proteção da fauna contra a crueldade. Em conclusão, o arcabouço normativo brasileiro tem avançado notavelmente, e por isso afirma o compromisso com o bem-estar animal, embora sua efetivação plena na prática ainda enfrente desafios.

Palavras-chave: Direito Ambiental; Direito dos Animais; Proteção dos Animais.

1. INTRODUÇÃO

O Direito Ambiental emerge como um campo jurídico essencial para a promoção da justiça social e a preservação dos recursos naturais, especialmente em um país como o Brasil, cuja diversidade ecológica é uma das maiores do mundo (FIORILLO, 2024). Nesse cenário, a forma como a sociedade se relaciona com o planeta está em constante transformação, o qual demanda a necessidade de normas legais acompanharem tais mudanças.

Historicamente, os animais eram vistos como objetos de propriedade, sendo tratados como “coisas” tanto pela sociedade quanto pelas próprias normas legais. O Código Civil Brasileiro de 2002 reflete essa concepção ao classificar os animais como bens móveis semoventes, ou seja, passíveis de serem possuídos por qualquer pessoa (BRASIL, 2002).

Contudo, essa visão é limitada, pois ignora a capacidade dos animais de sentir dor, prazer e sofrimento, bem como seus interesses individuais, sujeitos de direitos. Por isso, essa classificação tem sido cada vez mais contestada pela doutrina jurídica, que passou a reconhecer os animais como seres vivos e sencientes, dignos de proteção e de um tratamento jurídico diferenciado.

De acordo com Fiorillo (2024), essa mudança de entendimento está em consonância com o princípio da integridade do meio ambiente, que visa assegurar o equilíbrio e a harmonia entre todos os seus componentes. Assim, tal princípio é essencial para preservar a diversidade da vida e a capacidade de regeneração da natureza.

Ao longo dos anos, a forma como a sociedade enxerga os animais passou por significativas transformações. Gradualmente, eles deixaram de ser vistos apenas como objetos de propriedade para serem reconhecidos como sujeitos de direitos e portadores de interesses próprios. Esse avanço representa um marco fundamental no direito animal, refletindo a evolução das perspectivas sociais e jurídicas em relação aos animais. Como resultado, observa-se o desenvolvimento de leis mais compassivas e uma maior conscientização sobre a importância do cuidado e respeito aos seres não humanos.

Segundo Fiorillo (2024), a legislação ambiental brasileira evoluiu de maneira notável, especialmente com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que introduziu um capítulo específico dedicado ao direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Dessa forma, a Constituição de 1988 desempenha um papel essencial nesse contexto, ao reconhecer a proteção da fauna como dever do Estado em seu artigo 225, que proíbe práticas que coloquem em risco a função ecológica das espécies, ou seja, não apenas o meio ambiente natural, mas também a fauna, garantindo a defesa dos animais contra maus-tratos e promovendo o seu bem-

estar.

Assim, todos têm direito a um meio ambiente equilibrado, essencial à qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo, para os presentes e futuras gerações. Em complemento, ainda no artigo 225, especificamente em seu inciso VII, o qual estabelece a proteção da fauna e da flora, proibindo práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade (BRASIL, 1998).

A Constituição, portanto, serve de base para diversas leis e atualizações normativas que preveem penalidades para atos de crueldade contra animais, como a Lei de Crimes Ambientais (Lei Federal nº 9.605/1998). Essa lei é fundamental para a proteção animal no Brasil, pois estabelece sanções para maus-tratos, abuso, ferimentos e morte de animais, prevendo multas e até prisão para os infratores (BRASIL, 1998).

Mais recentemente, a Lei nº 14.064/2020 representou um avanço significativo ao alterar o artigo 32 da Lei nº 9.605/1998, o qual aumentou as penas para crimes de maus-tratos contra cães e gatos. Além desse avanço, essa atualização trouxe maior clareza ao mencionar explicitamente essas espécies, reforçando a necessidade de proteção específica e mais rigorosa (BRASIL, 2020).

Em âmbito regional, a Lei nº 3.530 de 14 de agosto de 2019, instituiu o Código Estadual de Proteção aos Animais no Estado do Tocantins. Este instrumento jurídico busca promover a proteção dos animais e, ao mesmo tempo, compatibilizar o desenvolvimento socioeconômico com a preservação ambiental, atuando em consonância com a legislação Federal do art. 32, da Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Como consequência, para coibir maus-tratos, a lei estabelece penalidades para quem pratica tais atos contra quaisquer animais, sejam eles silvestres, domésticos, domesticados, nativos ou exóticos. Logo, a pena varia de três meses a um ano de detenção, além de multa, sendo ainda aumentada de um sexto a um terço em caso de morte do animal.

A Lei Orgânica Municipal de Tocantinópolis, Estado do Tocantins, estabelece a estrutura de proteção aos animais em duas frentes. Primeiramente, em seu artigo 10, inciso XXXV, atribui ao poder público, a competência administrativa direta de “dispor sobre registro, vacinação e captura de animais, com a finalidade precípua de erradicar as moléstias”. Essa responsabilidade sanitária é complementada pelo dever fundamental, expresso no artigo 164, que, além de assegurar um meio ambiente equilibrado, determina a proteção da fauna e da flora, proibindo explicitamente práticas que “submetam os animais a crueldade”.

Dessa forma, a legislação municipal acima, ratifica uma abordagem integral para a

proteção animal, unindo a responsabilidade administrativa de controle sanitário com o dever fundamental de garantir o bem-estar da fauna. Essa dupla camada de proteção, que abrange desde a saúde pública até a coibição da crueldade, consolida uma estrutura jurídica robusta. Assim, o município não só cumpre seu papel na gestão ambiental, mas também reforça a senciência e a dignidade dos animais no âmbito de suas competências locais.

2. METODOLOGIA

Para contemplar a temática sobre as principais normativas protetivas aos animais, no âmbito da aprendizagem da disciplina de Direito Ambiental, adotou-se a metodologia de pesquisa bibliográfica e documental. Conforme destaca Severino (2013), a pesquisa bibliográfica realiza-se a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, utilizando-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Para a fundamentação deste trabalho, os autores de referência utilizados foram Celso Antonio Pacheco Fiorillo, por sua análise aprofundada do Direito Ambiental brasileiro, e Antônio Joaquim Severino, por sua conceituação da metodologia científica.

A análise documental consistiu na leitura de textos legais, identificando os dispositivos-chave de proteção animal. Foram analisadas as seguintes normas legais: a Constituição Federal de 1988, o Código Civil de 2002, a Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998), a Lei Arouca (Lei nº 11.794/2008), a Lei nº 13.426/2017, a Lei nº 14.064/2020 e a Lei nº 3.530/2019, bem como a Lei Estadual nº 3.530/2019 (Estado do Tocantins) e a Lei Orgânica do Município de Tocantinópolis.

3. RESULTADOS E CONCLUSÕES

As análises principais do arcabouço legal que protege os animais no Brasil, revela uma significativa e gradativa mudança de garantias na legislação contemporânea a favor desses seres vivos. Exemplo disso, é que no Código Civil de 2002, que classifica os animais como bens móveis, em seu artigo 82, tratando-os como propriedade, já não pode ser interpretado na sua pureza de aplicação, face ao estabelecido na Constituição Federal vigente, bem como em outras legislações Federais, Estadual e Municipal. Além disso, para o Fiorillo (2024), essa classificação não reflete um cenário condizente aos dias atuais, nem promove o respeito adequado ao animal, assim como a própria Constituição Federal garante, tal proteção da fauna e a flora.

Desse modo, a análise jurídica aponta que a Constituição Federal de 1988 representou um marco importante, ao estabelecer no artigo 225, VII, a proibição às práticas que submetam os animais à crueldade (BRASIL, 1988). Logo, tal reconhecimento constitucional como dever do Estado em proteger o animal, alinhou-se às expectativas sociais de respeito à fauna com a realidade normativa. Seguidamente, a Lei de Crimes Ambientais (Lei Federal nº 9.605/1998) criminalizou os maus-tratos, facilitando a punição de condutas lesivas.

Cabe mencionar, ainda, a Lei Arouca (Lei nº 11.794/2008) e a Lei nº 13.426/2017, impuseram limites éticos à pesquisa e buscaram o controle populacional de cães e gatos, assim como o artigo 10, inciso XXXV, da Lei Orgânica Municipal de Tocantinópolis – TO estabelece a competência local, para a promoção do bem estar da saúde do animal, ao “dispor sobre registro, vacinação e captura de animais, com a finalidade precípua de erradicar as moléstias”, ratificando a proteção dos animais.

Dessa maneira, o avanço mais recente foi a Lei nº 14.064/2020, que aumentou as penas para maus-tratos a cães e gatos, conferindo-lhes proteção explícita e reforçando o entendimento de sua senciência (BRASIL, 2020). Portanto, observou-se que a evolução normativa reflete o reconhecimento dos animais como sujeitos de direitos, mas a efetivação ainda enfrenta dificuldades. Ao final, frisa-se que a experiência demonstra um progresso notável no arcabouço legal, porém, a plena proteção dos animais ainda demanda a superação desses desafios práticos.

4. CONCLUSÕES

Em conclusão, o estudo das principais leis protetivas dos animais no ordenamento jurídico brasileiro e local aponta um panorama de evolução progressiva e reconhecimento crescente da senciência animal. Desse modo, a análise demonstrou que, partindo de uma classificação inicial como bens móveis, o Direito Ambiental, com base na Constituição Federal de 1988, acentua a proteção da fauna como dever do Estado e da coletividade.

Outrossim, os objetivos propostos foram atingidos ao identificar que leis como a de Crimes Ambientais (Lei Federal nº 9.605/1998), a Lei Arouca (Lei nº 11.794/2008), a Lei nº 13.426/2017 e a Lei nº 14.064/2020, reforçadas por normativas Estadual e Municipal, representam a afirmação da contribuição para a efetivação da proteção animal, firmando os animais como seres vivos, merecedores como seres vivos, de garantias legais, o que reflete uma mudança exemplar na relação entre humanos e outras espécies.

Por conseguinte, o impacto da experiência desenvolvida neste projeto reside em

ressaltar a importância de um arcabouço legal que, apesar das dificuldades na plena efetivação dessas garantias, tem avançado em direção a uma abordagem mais ética e compassiva. Finalmente, a jornada legal brasileira, embora ainda enfrente desafios práticos na sua realidade, demonstra um compromisso crescente com o bem-estar animal e a integridade do meio ambiente.

5. FINANCIAMENTOS

A presente pesquisa foi financiada com recursos dos próprios discentes do curso de Direito, da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT).

6. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 20 set. 2025.

BRASIL. **Lei 14.064, de 29 de setembro de 2020**. Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para aumentar as penas cominadas ao crime de maus-tratos aos animais quando se tratar de cão ou gato. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14064.htm. Acesso em: 22 set. 2025..

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 24. ed. [S. l.]: 2024. Disponível em: <https://www.livros1.com.br/pdf-read/livar/CURSO-DE-DIREITO-AMBIENTAL-BRASILEIRO---24ª-EDIÇÃO-2024.pdf>. Acesso em: 21 set. 2025.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 1. - São Paulo: Cortez, 2013.

TOCANTINS. **Lei nº 3.530, de 14 de agosto de 2019**. Institui o Código Estadual de Proteção aos Animais e adota outras providências. Diário Oficial do Estado do Tocantins, Palmas, 14 ago. 2019. Disponível em: <https://share.google/jiXAh8bmBg9ztbMjc>. Acesso em: 07 out. 2025.

TOCANTINÓPOLIS. **Lei Orgânica do Município de Tocantinópolis**. Tocantinópolis, TO: Câmara Municipal. Disponível em: (<https://share.google/kp480d4n0kk1hzpHc>). Acesso em: 07 out. 2025.